



A INFLUÊNCIA NO ENSINO DE LIBRAS PARA O ALUNO SURDO

Marleide Francisco de Lima¹
Maria Zilda Medeiros da Silva²
Maria do Socorro David de Andrade³
Marilene Rodrigues⁴
Marilene Rodrigues⁵

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade, o relatar o ensino da LIBRAS com o foco na aprendizagem do aluno surdo no ensino regular. No primeiro momento apresentaremos alguns pontos que abordam a realidade da educação de modo geral, em especial a inclusão escolar de crianças surdas no ensino regular, como também discutiremos um pouco acerca da formação de professores que atuam no ensino regular com a inclusão do aluno surdo em suas aulas. Como aspecto introdutório, uma revisão sucinta abordando o ensino da Língua de Sinais bem a importância de um contexto bilíngue. Tendo como referencial teórico: Quadros e Schmiedt (2006), Lacerda (2014), esses autores buscam e apresentam trabalhos bem significantes referente a língua de Brasileira de sinais em nosso país. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva analisar a luz do conhecimento formal diante de um assunto importantíssimo para comunidade escolar, que é referente a inclusão do aluno surdo na sala regular de ensino.

Palavras-chave: LIBRAS, Ensino de Libras, Bilinguismo.

¹ Especialista em Libras pela Nassau/PB, marleidefranlima@gmail.com;

² Mestranda em Linguística e Ensino pela da Universidade Federa da Paraíba- PB, zilda_natura@hotmail.com;

³ Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Integrada do Cruzeiro-FIC, mariasdandrade@outlook.com;

⁴ Doutora em Educação - Veni Creator Christian University. rodrigues.marilene07@gmail.com;

⁵ Professora orientadora - Veni Creator Christian University. rodrigues.marilene07@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O processo de ensino da Língua brasileira de Sinais-LIBRAS se constitui de grande importância em uma escola que se diz inclusiva, a Libras é a língua natural do surdo e, não há como atingir um bom desenvolvimento cognitivo, sem ter uma instrução adequada para língua. Desde que nascemos temos a necessidade de aprender, ao longo da vida em várias situações: aprender a andar, comunicar, brigar, regras de como comportar-se, desenvolver habilidades, porém tudo isso se dá em uma aprendizagem natural.

Quando se chega ao contexto escolar somos conduzidos a aprender a ler e escrever, interagir com os colegas, amigos e educadores que desenvolvem diversas habilidades, mas de forma sistematizada. Como diz Nunes e Silveira (2009), não aprendemos só, mas num processo relacional em casa com toda família e na escola: professor-aluno, alunos-alunos, com objetos culturais (o livro) ou ainda objetos tecnológicos (computador). Assim, a cada etapa de nossa vida, novas aprendizagens nos são exigidas, buscando novos saberes para adaptarmos a novos costumes, linguagens e modos de vidas.

As dificuldades vivenciadas pela família de surdos, com a falta de comunicação é o principal empecilho no relacionamento entre os filhos surdos e pais ouvintes, resultando na falta de identidade da língua, podendo resultar problemas emocionais, falta de um contato mais próximo e dificuldade para o estabelecimento dos vínculos de afeto. Assim, o aprendizado da Libras pela família é de suma importância, podemos afirmar que até crucial para o perfeito desenvolvimento da criança surda. A luta pela igualdade, para os surdos, é uma “história antiga”.

Ao falarmos da educação das pessoas surdas, levamos em consideração que a família é o principal canal entre o indivíduo e a sociedade. Na família que encontramos argumentos em formas de subsídio que introduz os surdos no meio social. Não é só a família, mas também a escola, que às vezes não está preparada para recebê-los. Como diz na Declaração de Salamanca: art. 60 “ Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam ser dada a seu filho.(1994, p.43).

A família é a primeira instância social da qual a criança faz parte, ela é o ponto de apoio e sustentação do ser humano. O que acontece no âmbito familiar de qualquer aluno tem grande importância em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem, ou seja, em seu sucesso escolar.



Quando uma criança surda nasce em uma família de ouvintes, provavelmente num primeiro momento ela vai viver num contexto oralista, a comunicação entre ambos será, pela língua oral, repercutindo em uma limitação linguística, diferente da criança surda que nasce de pais surdos, pois esta tem a informação visual garantida pela Língua de Sinais.

A criança passara por muitos professores, porém os pais são os mais importantes nesse processo. Nenhum professor conhecerá os filhos tão bem quanto os pais, nenhum professor passará tanto tempo com eles e os verá em diferentes situações. Dessa forma quando os dois formam parceria a criança só tem a ganhar, a criança ao ingressar na escola é fundamental a parceria dos pais com o professor na mediação de recursos e estratégias de aprendizagem e aquisição do Bilinguismo pela criança.

A importância da Língua brasileira de Sinais para comunidade surda não apenas se efetiva a partir da oficialização de uma modalidade diferenciada de comunicação: A “voz” dos surdos é agora ouvida no Brasil. O que se convencionava como simples gestos e mímicas empobrecidas passa a ser visto com outros olhos e a ter outro status para os brasileiros. Tão rica, viva e autêntica como qualquer outra língua oral, a LIBRAS possui uma gama de características próprias. Sempre que as pessoas surdas vivem juntas, elas criam linguagem própria - uma linguagem viso-gestual, o sinal também chamado de Língua de Sinais. Há um grande número de tais Língua de Sinais no mundo, e o Brasil, com um percentual de surdos reconhecidos oficialmente, tem uma Língua de Sinais própria, versátil e poderosa, a Língua de Sinais Brasileira. Não se trata de modo algum de uma forma manual de Português, ou português sinalizado, mas sim de uma língua com gramática e léxicos próprios – expressiva eloquente e graciosa.

A inclusão de alunos com deficiências no ensino regular requer uma revisão conceitual da estrutura curricular de formação de professores. Historicamente nos últimos dez anos, ocorrerão avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do conhecimento acadêmico voltado para o tema.

Nesse contexto, o objetivo geral é contribuir sobre a nossa experiência com alunos surdos no ensino/aprendizagem: A inclusão do surdo no ensino regular de uma escola pública municipal em Alagoa Grande. E os objetivos específicos: I) Relatar a própria experiência diante do primeiro momento com o aluno surdo. II) Registrar a importância de cursos na FUNAD. II) conhecer um pouco das Políticas Pública Nacional de Inclusão.



METODOLOGIA

ESTUDO DE CASO: Um relato das experiências de sala de aula

Em uma escola pública, pertencente à rede municipal e está localizada na rua Francisco Carlos, S/N em Alagoa Grande. O Instituto Desembargador Severino Montenegro é de fácil acesso, possui uma estrutura adaptada para acessibilidade de pessoas com deficiência física. No de 2012 a escola recebeu um aluno surdo na sala do 3º ano do ensino fundamental. Todos ficaram incomodados, pois não conhecíamos a Língua de brasileira de Sinais, foi o momento em que buscamos cursos profissionais em prol do aluno surdo.

Assim, uma das professoras da escola se disponibilizou a procurar curso de Libras, diante dessa necessidade encontrou a FUNAD – (FUNDAÇÃO CENTRO INTERGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA), é um Órgão do Governo do Estado da Paraíba, fica localizada na cidade de João Pessoa na qual oferece curso básicos de Libras, no ano de 2012 na época o estudo era em um período de 3 anos. Essa professora criou uma paixão pela Libras, e com isso se aperfeiçoou mais, e assim buscou o curso de intérprete para ter uma melhor qualificação em prol da pessoa surda junto com a LIBRAS.

Os alunos em sua grande maioria chegam à escola sem o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e a escola tem que fornecer esse conhecimento, mas, só a escola não pode se responsabilizar pelo ensino dessa língua é preciso que os pais busquem também e que façam sua parte.

Relato da professora entrevistada:

A maioria dos surdos que chegam em nossas mãos são filhos de ouvintes que não conhecem a Língua Brasileira de Sinais e por não conhecerem não dão importância a essa comunicação.

Quando deparamos com essa realidade somos os responsáveis a procura de conhecimento e aperfeiçoamento, pois a escola em si não oferece a Libras, temos que buscarmos fora. Também somos nós quem vai de encontro com esses alunos surdos, na busca de tornarem um cidadão participativo. Os pais mostram a importância da comunicação em sinais para o aprendizado e desenvolvimento desses alunos, só não sabem como desenvolver junto deles.

Diretora da Escola:

Nós que fazemos parte da comunidade escolar na maioria das vezes nos desdobramos, somos impulsionados a ir onde ninguém foi, como também investir na nossa formação para alcançar nossos alunos, acreditamos que essa realidade constituem em diversos professores e intérpretes da Libras, nós que fazemos parte da escola, quando se deparamos com a necessidade do público que temos, paramos e observamos que precisaremos se disponibilizarmos a se capacitar para sabermos lidar com as diversidades do público que recebemos na escola.



Os surdos para se alfabetizar na Língua Portuguesa, eles precisam ter o domínio da língua de sinais, no qual não chegam na escola com o conhecimento de sua língua materna, é uma problemática da realidade da educação do século XXI, isso é um fato que nos inquieta muito e nos impulsiona a buscar meios de alcançá-los, com essa ferramenta que é a sua língua para a comunicação a Libras. O surdo para aprender outra língua precisa se alfabetizar em sua língua. Sobre a importância da língua de sinais para a alfabetização dos surdos vimos em Quadros (1997, p.99) que:

A escrita exige habilidades específicas que só podem ser desenvolvidas quando se tem o domínio da linguagem. Dessa forma, os surdos precisam dominar a língua de sinais, pois é nessa língua que eles aprendem que as palavras, frases, sentenças e parágrafos significam algo e que palavras devem ser situadas em um contexto.

Os surdos necessitam dessa habilidade para se desenvolverem plenamente, pois apenas com o método oralista eles não alcançam o desenvolvimento da linguagem e escrita. Precisam dominar a Libras para podermos termos melhores resultados.

Assim com os relatos da professora e da diretora, podemos observar que depois de tanto esforço a equipe escolar apresentam satisfeitos pela força de vontade de fazer o diferente, é ver que os alunos adquiriram conhecimento, junto da equipe que buscou a comunicação, e assim começam a valorizar a sua língua, aprendem a comunicar-se em sinais e estão evoluindo a cada dia.

A professor comenta também,

É um trabalho que demoramos ter resultados, estamos falando de aprender uma língua fora da comunidade de surdos e no interior do estado com todas as limitações, falta de recursos e interesse por parte dos órgãos competentes, ou seja, um trabalho que começa do zero.! Mas quando olhamos para toda a trajetória, ficamos felizes por ter chegado até aqui, por ter feito diferença na vida de meninos e meninas, por olhar para aquelas famílias e ver que uma semente foi plantada e que agora só depende do esforço deles para alcançarem além.

Os professores quanto a equipe escolar a cada dia estão se capacitando e buscando mais conhecimentos para lidar com as necessidades dos alunos, por mais que tenhamos as dificuldades dos órgãos públicos, as escolas estão sempre disponíveis à aprender por mais que não estejam preparados, mas sim sempre preparados a buscarmos.



INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS SURDAS NO ENSINO REGULA

A inclusão rompe paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. O poder institucional que preside a produção das identidades e das diferenças define como normais e especiais não apenas os alunos, como também as suas escolas. Os alunos das escolas comuns são normais e positivamente valorizados. Os alunos das escolas especiais são os negativamente concebidos e diferenciados.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma com os padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem qualquer condição pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas.

Para que o aluno surdo se aproprie dos conteúdos ensinados na sala de aula, é preciso respeitá-lo em sua língua majoritária que é a Libras, todos os conteúdos escolares incorporados as práticas pedagógicas em libras para que esse aluno surdo desenvolva integralmente, levando em conta sua particularidade linguística.

A educação dos surdos, em sua especificidade quanto ao processo de aquisição da leitura e da escrita em Língua Portuguesa, tem sido objeto de estudo entre muitos pesquisadores da área. As inadequadas condições de escolarização a que a maioria dos surdos é submetida colocam-se como o grande desafio a ser enfrentado. Nesse sentido a questão deve ser abordada a partir de ações que visem a mudanças de concepção de língua e de linguagem, adotadas no ensino de português como segunda língua para o surdo.

Segundo Sousa (2015) a legislação da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), se dispõe com base no decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que os indivíduos surdos tem direitos legais na questão de utilização da língua de sinais e bem como a disposição de intérprete em sala de aula, mas salientando que o intérprete não substituirá o professor, ou, seja, o interprete serve como um elo comunicativo e facilitador da comunicação.



A inclusão não deve ser feita unicamente com presença do aluno surdo no espaço da instituição escolar, é necessário que o mesmo esteja incluído no processo de aprendizagem. Com a publicação da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), que reconheceu a Libras como língua de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras; e do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que previu a inserção de profissionais específicos para atuação na educação do surdo, várias tem sido cobradas da parte do poder público no sentido de atender adequadamente essa parcela da população. Nesse contexto, o momento atual apresenta uma intensificação nas discussões em torno de uma proposta bilíngue de educação.

Cabe salientar que o objetivo da proposta bilíngue é de garantir ao aluno surdo um desenvolvimento cognitivo-linguístico compatível com o desenvolvimento de ouvintes da mesma faixa etária, a partir da língua de sinais e em convivência com seus pares surdos para construção e a valorização da identidade surda e assegurar a aprendizagem do português como segunda língua, na companhia harmoniosa dos ouvintes. Assim, o aluno surdo terá acesso a duas línguas: a língua de sinais e a língua do grupo majoritário.

Tal proposta educacional defende

(...) que seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, oral e ou escrita tendo por base os conhecimentos adquiridos por meio da língua de sinais. Dessa forma, tal projeto de escolarização pressupõe que os educadores tenham domínio das línguas envolvidas, língua de sinais e língua portuguesa, e o modo peculiar de funcionamento de cada uma delas em seus diferentes usos sociais, domínio fundamental para possibilitar o acesso dos surdos aos conhecimentos de mundo e ambas as línguas (LACERDA e LODI, 2014 p. 12).

O ser humano precisa ter acesso a sua língua natural ou materna para que ocorra de forma satisfatória seu desenvolvimento cognitivo, estudos mostram que o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo é igual ao de qualquer outra pessoa, assim é também parte inseparável do desenvolvimento da linguagem no fazer cotidiano. A língua materna do surdo é identificada como L1, ou primeira língua, e a Língua Portuguesa como L2 ou segunda língua. E ambas deve ser adquirida na escola, ou seja, deve ser contempladas em seu currículo, mas essa situação não impede que seja estimulado se possível, o convívio da criança surda, o quanto antes, junto à comunidade.

BILINGUISMO EDUCACIONAL

Moura (1997) define o Bilinguismo como uma filosofia educativa que permite o acesso pela criança, o mais precocemente possível, a duas línguas: a língua brasileira de sinais e a



língua portuguesa na modalidade oral no Brasil. Para Brito (1995) uma linha bilíngue é o ensino do português que deve ser ministrado para os surdos da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar devem ser proporcionados todas as experiências Linguísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e depois, sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se a língua majoritária, (a Língua Portuguesa) como segunda língua.

Quadros e Schmiedt (2006), o contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passara a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas reconhecendo-as de fato e atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando.

Lacerda (2000), a abordagem bilíngue para educação de surdos preconiza que este deve ser exposto o mais precocemente possível a uma língua de sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele, sem que sejam necessárias condições especiais de “aprendizagem”. A proposta educacional que envolve a língua de sinais permite o desenvolvimento rico e pleno da linguagem, possibilitando ao surdo um desenvolvimento integral. A proposta de educação bilíngue defende, ainda, que também seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, em sua modalidade oral e/ou escrita, sendo que está será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos por intermediário da língua de sinais. Nesse modelo, o que se propõe é que sejam aprendidas duas línguas, a língua de sinais e, secundariamente, a língua do grupo ouvinte majoritário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da educação inclusiva fundamenta no princípio da universalização do acesso à educação e na atenção a diversidade, requer uma filosofia de educação de qualidade para todos. Nesse sentido, é essencial o desenvolvimento de uma pedagogia por meio do bilinguismo, na qual capacita pessoas com surdez para utilização das duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, contribuindo assim com uma educação significativa, tanto para os ouvintes quanto para os surdos, colaborando para construção da identidade surda e desenvolvimento intelectual e ético dos envolvidos.

É uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas. Percebe-se a necessidade do professor no aperfeiçoamento para poder ser mediador consciente desse



processo, transformando suas aulas em momentos prazeroso, atrativos, como forma de estímulo para os educandos. É preciso considerar que todos os alunos surdos tem a mesma capacidade de qualquer outro aluno para o aprender, mesmo com suas diferenças, é preciso valorizar, respeitar para vencer os preconceitos e a discriminação que a sociedade impõe.

O contexto educacional necessita proporcionar uma aprendizagem não apenas de conteúdo. O professor deve conduzir os alunos, independente da sua deficiência a construção de seu crescimento de acordo com seu potencial. A humanização deve ser o maior dos conteúdos aplicados por todos os educadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI N° 10.436.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 24/04/2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

NUNES, ana Ignez Belém; Silveira, Rosemary do **Nascimento. Psicologia da Aprendizagem: Processo e contexto.** Brasília: Líber Livro, 2009.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais.** Tempo Brasileiro UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

LACERDA, C.B.F. **A pratica pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeito surdos.** Caderno Cedes, ano XX n° 50, p.70-83, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n50a06v2050.pdf>. Acesso em: 18.04.2007.

LACERDA, C.B.F; LODI, A. C. B. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectivas. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F (Org.). **uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SOUZA, Jose Marcos Rosendo de. **Entre palavras e sinais: letramento literário, surdez e inclusão.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2015.